



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

PARECER: 404/2019–G1P

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 17.438/2018-*e*

EMENTA: 1. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. DECISÕES Nºs 13/2018 E 1.967/2018. PROCESSO Nº 35.950/2014. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA – RA III. CONVITE Nº 12/2014. REFORMA DE 45 PARADAS DE ÔNIBUS. IRREGULARIDADES DECORRENTES DE SOBREPREÇO NOS PAGAMENTOS REALIZADOS À SOCIEDADE EMPRESÁRIA URBANIZARH – URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE RH (FELIPE SIQUEIRA ROCHA DE OLIVEIRA EPP). DECISÃO Nº 3.759/2017. CITAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS. APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES DE DEFESA.
2. ÁREA TÉCNICA SUGERE A **PROCEDÊNCIA PARCIAL** DE UMA DEFESA APRESENTADA E A **IMPROCEDÊNCIA** DAS DEMAIS. CIENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PARA **RECOLHIMENTO DO DÉBITO**.
3. PARECER **PARCIALMENTE CONVERGENTE** DO MPC/DF.

1. Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE, resultado de conversão determinada pelas rr. Decisões nºs 13/2018 e 1.967/2018, proferidas no Processo nº 35.950/2014-*e*, em virtude de superfaturamento de preços na reforma de 45 paradas de ônibus em Taguatinga (setores QNL, QNF e M Norte), contratada mediante o Convite nº 12/2014, deflagrado pela Administração Regional de Taguatinga – RA III (Processo GDF nº 132.000.833/2014) e realizada pela sociedade empresária Urbanizarh – Urbanização, Construções e Serviços de RH (Felipe Siqueira Rocha de Oliveira EPP).

2. Na forma consignada na Informação nº 34/2019 – SECONT/3ª DICONTE (peça nº 34), o Processo nº 35.950/2014-*e* foi autuado em decorrência de denúncia de cidadãos contra atos praticados pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, no exercício da função de Administrador Regional do Cruzeiro, nos anos de 2012 e 2013, e de Taguatinga, no exercício de 2014, relativos a fraudes em licitações de obras na modalidade convite.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

3. Naqueles autos, mediante realização de procedimento de fiscalização autorizado após o conhecimento da denúncia¹, foram constatadas as seguintes irregularidades nos convites realizados sob a gestão do Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto: i) **fracionamento irregular da despesa**; ii) **indícios de conluio entre empresas**; iii) **ausência de processo regular de medição dos serviços executados**; iv) **sobrepreço nas referências utilizadas**; v) **superestimativa dos quantitativos** e vi) **inserção de serviços fictícios**, conforme a Informação nº 12/2016 – 3ª DIACOMP.

4. Tendo em vista essas irregularidades e os prejuízos constatados, por meio dos itens IV e V da r. Decisão nº 13/2018, a e. **Corte** determinou a conversão dos autos em TCE e a **audiência** dos responsáveis, conforme a seguir:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

(...)

*IV – **determinar**, com esteio no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c o art. 191 do Regimento Interno do TCDF, relativamente aos achados da Informação n.º 200/2016-3ª-Diacomp (e-DOC C03FAB9D-e):*

a) a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial – TCE, tendo em vista o prejuízo de R\$ 2.112.242,32, atualizado até novembro de 2016, detalhado no Papel de Trabalho n.º 17 (e-DOC E5B71C12-e);

b) a citação dos responsáveis envolvidos, indicados na Matriz de Responsabilidade n.º 2 – Superfaturamento Por Quantidade e Sobrepreço (e-DOC 3631D123-e), para apresentarem defesa ou recolherem, de forma solidária, a quantia devida, no prazo de 30 (trinta) dias;

*V – **promover a audiência do responsável arrolado na Matriz de Responsabilidade n.º 1** (e-DOC 3C915F1F-e), para que apresente **razões de justificativa** pelas graves infrações às normas legais ali indicadas, no prazo de 30 (trinta) dias, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar n.º 01/1994;”* (Grifos acrescidos).

5. Posteriormente, considerando a grande quantidade de procedimentos licitatórios examinados e os respectivos responsáveis, o e. **Tribunal** autorizou o processamento das TCEs em separado, um para cada sociedade empresária, desta feita, mediante o r. **Decisum** nº 1.967/2018, **in verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

(...)

¹ Decisão nº 13/2015

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **tomar conhecimento**: a) da **exordial** (peça 3; eDOC D5F4F274-e), em razão do preenchimento dos requisitos de admissibilidade exigidos no preâmbulo do § 1º, inciso I, do artigo 196 do RI/TCDF c/c os postulados do controle social disciplinados na Lei de Acesso à Informação; b) da Informação n.º 236/2014-3ª Diacomp; c) do Parecer n.º 0090/2015-ML; II – **autorizar**: a) a realização de inspeção na RA III e na RA XI, para exame dos fatos suscitados na exordial; b) a ciência desta decisão à Ouvidoria do TCDF, para as devidas comunicações eletrônicas aos signatários das denúncias, em observância às disposições previstas no item III da Resolução TCDF n.º 273/2014 e na Lei de Acesso à Informação; c) o retorno do feito à Secretaria de Acompanhamento, para adoção das providências cabíveis.”* (e-DOC 806E0F60)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

II – autorizar:

- a) o processamento da tomada de contas especial determinada mediante o item IV da Decisão n.º 13/2018 em autos apartados, sendo um processo para cuidar das contas especiais de cada pessoa jurídica relacionada na Matriz de Responsabilidade n.º 2 (e-DOC 3631D123-e), em conjunto com as dos respectivos agentes públicos indicados como responsáveis solidários;*
- b) a Secont/TCDF a extrair cópia de peças do feito em exame necessárias aos procedimentos a serem adotados em razão do deliberado no item II.a;”*

6. Desse modo, foram instauradas 23 TCEs, entre as quais a que ora se examina, que, conforme mencionado, trata de **superfaturamento de preços** na reforma de 45 paradas de ônibus em Taguatinga (setores QNL, QNF e M Norte), objeto do contrato n.º 19/2014, firmado entre a RA III e a sociedade empresária Urbanizarh – Urbanização, Construções e Serviços de RH (Felipe Siqueira Rocha de Oliveira EPP), em decorrência do Convite n.º 12/2014, pelo valor de R\$ 144.894,18.

7. O cálculo do prejuízo, de R\$ 92.845,04 (2014) ou R\$ 124.199,72 (atualizado até fevereiro de 2019), encontra-se à fl. 6 do Papel de Trabalho n.º 11 (peça n.º 33 do Processo n.º 35.950/2014-e).

8. Dessarte, tendo em vista a r. Decisão n.º 13/2018 e, em cumprimento às Citações n.ºs 111/2018, 113/2018 e 116/2018 – SECONT (peças n.ºs 6, 7 e 8 do presente feito), considerando as prorrogações de prazo concedidas mediante o r. Despacho Singular n.º 472/2018 – GCIM (peça n.º 16), manifestaram nos autos o Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto (peça n.º 21), a sociedade empresária Urbanizarh – Urbanização, Construções e Serviços de RH (Felipe Siqueira Rocha de Oliveira EPP), na pessoa de seu representante legal (peças n.ºs 23, 24 e 25) e a Sra. Lauremar Dantas Barbosa (peça n.º 28).

9. Em seguida, a Unidade Técnica analisou, por meio da percuciente Informação n.º 34/2019 – SECONT/3ª DICONTE, os argumentos trazidos pelos responsáveis acima mencionados, concluindo seu exame conforme a seguir:

“CONCLUSÃO SOBRE AS DEFESAS

85. Foram três os responsabilizados. O Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, então Administrador Regional, apresentou defesa na peça 21, a Sra. Lauremar Dantas Barbosa, Diretora de Obras à época, na peça 28 e o Sr. Felipe Siqueira Rocha de Oliveira, representante da empresa Urbanizarh, apresentou um requerimento de juntada de documentos na peça 23 (anexos – peças 24 e 25).

86. A defesa do Sr. Antônio Sabino é parcialmente procedente. Entretanto, a parte acolhida refere-se à ausência de responsabilização subjetiva, mais especificamente a falta de caracterização do nexo causal, impossibilitando a imputação de responsabilidade.

87. A defesa da Sra. Lauremar Dantas é improcedente, nos termos analisados nos §§74 a 79 desta Informação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

88. *Quanto ao requerimento e os documentos apresentados pela empresa, não possuem elementos capazes de alterar o entendimento até aqui adotado.*

89. *Assim, deve o e. TCDF cientificar, com fulcro no artigo 13 da Lei Complementar nº 01/94, a Sra. Lauremar Dantas Barbosa e a empresa Urbanizarh - Urbanização, Construções e Serviços de RH, bem como seu representante legal, para que recolham aos cofres do Distrito Federal o débito indicado, o qual deverá ser atualizado na data da efetiva quitação.*

(...)” (Grifos acrescidos).

10. Ao final, sugeriu ao e. **Plenário** do c. **Tribunal** que:

“I. tome conhecimento:

- a) das alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, então Administrador Regional, e pela Sra. Lauremar Dantas Barbosa, Diretora de Obras à época;*
- b) do requerimento e dos documentos apresentados pelo Sr. Felipe Siqueira Rocha de Oliveira, representante da empresa Urbanizarh – Urbanização, Construções e Serviços de RH, considerando-os como se defesa fossem;*

II. considere:

- a) parcialmente procedente a defesa apresentada pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, sendo a parte procedente suficiente para isentá-lo da responsabilidade pelo prejuízo;*
- b) improcedentes as defesas apresentadas pela Sra. Lauremar Dantas Barbosa e pelo Sr. Felipe Siqueira Rocha de Oliveira, representante da empresa Urbanizarh – Urbanização, Construções e Serviços de RH;*

III. cientifique, com fulcro no artigo 13 da L.C. n.º 01/94, os responsáveis solidários indicados no item II-‘b’ para que recolham aos cofres do Distrito Federal, em 30 (trinta) dias, o débito no valor de R\$ 124.199,72 (atualizado até fev/2019), o qual deve ser atualizado na data da efetiva quitação;

IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.”

11. Por meio do despacho do Secretário Geral de Controle Externo (peça nº 36), os autos foram encaminhados ao Órgão Ministerial de Contas, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea **a**, da Resolução nº 140/2001.

12. Após este relato, passa-se à análise do presente feito.

13. A fase atual é de análise do **mérito** das alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis indicados no parágrafo 8º deste Parecer, cujos conteúdos foram trazidos pela Unidade Técnica na Informação nº 34/2019 – SECONT/3ª DICONT.

14. Nesse contexto, a Unidade Técnica sugeriu a **procedência parcial** das alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto e pela **improcedência** dos argumentos trazidos pela Sra. Lauremar Dantas Barbosa. Ainda, entendeu que o requerimento e os documentos apresentados pela sociedade empresária Urbanizarh não possuem elementos capazes de alterar o entendimento adotado nestes autos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

15. A propósito, antecipo que o **Parquet** especializado possui entendimento **parcialmente convergente** com o albergado pela Unidade Técnica. Explico.

16. Como é cediço, o processo de TCE tem por finalidade a **apuração de responsabilidade** por ocorrência de **dano ao Erário** e a obtenção do respectivo **ressarcimento**. Somente a partir da **apuração regular** dos fatos, da **identificação dos responsáveis**, da **verificação do liame causal** e da **quantificação dos danos**, é possível promover o procedimento de reparação dos cofres públicos.

17. Especificamente, o procedimento especial de apuração em exame cuida de **falhas no acompanhamento e fiscalização** do Contrato nº 19/2014, firmado entre a RA III e a sociedade empresária Urbanizarh – Urbanização, Construções e Serviços de RH, oriundo do Convite nº 12/2014, para a reforma de 45 paradas de ônibus em diversos locais do Cruzeiro, do que decorreu **superfaturamento** por serviços pagos com quantidades superestimadas e por **sobrepreço**.

18. Por entender bastante apropriado o resumo das razões de defesa feito pela 3ª Divisão de Contas no caso em tela, transcrevo abaixo alguns dos excertos do seu documento técnico, seguidos da correspondente análise do **Ministério Público de Contas**.

“Defesa do Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto (peça 21).

Preliminar 1 – Nulidade da denúncia. Irregularidade formal e material (fls. 3 e 4)

11. Solicita a nulidade da denúncia por vício formal e material. Formal, nos termos apontados na Informação n.º 236/14 – 3ª DIACOMP, por falta de comprovação de autenticidade, anonimato que caracterizaria o vício originário dos autos. Material em seu conteúdo de acusações vagas, trazendo consequências jurídicas e econômicas negativas ao justificante.

12. Ausentes os requisitos da denúncia, entende irregular a tramitação do Processo n.º 35950/14-e e, consequentemente, contaminado pelo mesmo vício, o presente feito, pois derivado daquele.

Análise

13. O assunto já foi debatido e superado na primeira fase do Processo n.º 35950/14-e, precluso em face da Decisão n.º 13/15, que conheceu ‘da exordial (peça 3; eDOC D5F4F274-e), em razão do preenchimento dos requisitos de admissibilidade exigidos no preâmbulo do § 1º, inciso I, do artigo 196 do RI/TCDF c/c os postulados do controle social disciplinados na Lei de Acesso à Informação’ e autorizou inspeção para exame dos fatos lá descritos.

14. Ou seja, houve a devida certificação do denunciante pela Ouvidoria da c. Corte e os fatos descritos foram precisos o suficiente, tanto que diversas irregularidades foram confirmadas por meio de posterior inspeção, sendo improcedente a Preliminar 1.

Preliminar 2 – Necessidade de sobrestamento dos autos (fls. 4 e 5)

15. Requer o defendente o sobrestamento dos autos em razão das operações ‘Apate’ e ‘Monopólio’, realizadas pela Polícia Civil do DF (PCDF). Informa que grande parte dos processos relacionados ao justificante foram apreendidos pela Delegacia de Repressão de Crimes Contra a Administração Pública, podendo redundar em processo judicial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

16. Nesse sentido, mesmo reconhecendo a independência das instâncias, alega prudente o sobrestamento, de modo a evitar decisões conflitantes e prejudiciais aos seus direitos constitucionais.

17. A esse respeito traz recente decisão da c. Corte:

"PROCESSO Nº 8340/2018-e
RELATOR : CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO
EMENTA : Denúncia encaminhada por cidadãos ao canal de Ouvidoria desta Corte de Contas, versando acerca da ocorrência de possíveis irregularidades em licitações públicas, na gestão do Sr. Antônio Sabino, enquanto Administrador Regional do Cruzeiro, nos anos de 2012 e 2013, e de Taguatinga, no exercício de 2014.
DECISÃO Nº 4513/2018
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 108/2018-3ª Diacomp (e-DOC 8C50C3CC-e); b) do n.º 717/2018-ML (e-DOC EC17A1E4-e); II – solicitar à PCDF o envio, no prazo de 30 (trinta) dias, de informações produzidas nas operações denominadas "Apate" e "Monopólio" que se inter-relacionem com os fatos apurados nos autos em exame, especificamente ao tema fracionamento de licitação, mediante convites, para execução de obras de engenharia nas Regiões Administrativas do Cruzeiro – RA XI, nos anos de 2012 e 2013, e de Taguatinga – RA III, no exercício de 2014; III – sobrestar o deslinde dos autos em exame, até o cumprimento do subitem II, retro; IV – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à PCDF, para subsidiar o cumprimento da diligência constante do item II; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para adoção das providências pertinentes. Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.
SALA DAS SESSÕES, 20 de Setembro de 2018 – Grifamos. (...)"

Análise

18. Conforme reconheceu o defendente, **vigora, no caso concreto, a independência das instâncias, podendo o Tribunal dar curso normal aos autos, independente da tramitação do processo judicial. Mas, nos termos informados pelo mesmo, sequer existe processo judicial, estando o tema ainda em fase preliminar, de inquérito policial, ou seja, de investigação. Assim, no caso em foco, já em fase de defesa, com apuração completa e dano quantificado, parece temerário o sobrestamento até conclusão de processo judicial ainda inexistente.**

19. O precedente invocado, Decisão n.º 4513/18 – Processo n.º 8340/18-e, trata de fracionamento de licitação mediante convites, também objeto central das operações



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

'Apate' e 'Monopólio', ou seja, a linha mestra dos crimes investigados pela PCDF possuem estreita identidade com a irregularidade objeto daqueles autos. Este feito, diferentemente, trata de superfaturamento e sobrepreço, cujas apurações, já encerradas, frise-se, são especialidade da c. Corte.

20. Também cabe destacar que a Decisão n.º 4513/18, de 20/09/2018, determinou o sobrestamento por período bastante reduzido, a princípio por apenas 30 dias, até o envio de informações pela PCDF, o que já ocorreu. Dessa forma, **o decisum não se adequa como precedente ao caso concreto**, que solicita o sobrestamento até a conclusão do processo judicial.

21. Nesses termos, opina-se pela **improcedência dos argumentos e pela continuidade do feito**.

Preliminar 3 – Necessidade de individualização da conduta do defendente para a caracterização da responsabilidade subjetiva (fls. 5 a 8)

22. Reclama o defendente da falta de descrição de eventuais condutas que tenham dado causa às irregularidades, ou seja, ausente o nexo causal, sem o qual entende impossível a caracterização da responsabilidade subjetiva. Colaciona jurisprudência acerca do tema.

23. Complementa afirmando que, além das funções por ele ocupadas por ocasião da suposta irregularidade, há que individualizar a sua conduta, até mesmo para permitir o contraditório e a ampla defesa.

24. Requer o chamamento do feito à ordem, para que seja delineada a responsabilidade subjetiva, apontando o nexo causal entre a sua conduta e os achados objeto desta TCE.

Análise

25. Compulsando atentamente a matriz de responsabilização (colacionada no §9), constata-se presentes o 'Valor do Prejuízo', o 'Tipo de Irregularidade' (superfaturamento por serviços pagos com quantidades superestimadas e por sobrepreço) e os 'Responsáveis Solidários' (responsáveis pela Administração Regional, Diretoria de Projetos/Obras e pela empresa executora). Ou seja, na referida matriz, **não há indicação do nexo causal**.

26. Compulsando a Informação n.º 200/16 – DIACOMP3 (peça 5), análise de justificativas dos responsabilizados, e a Informação n.º 12/16 – DIACOMP3 (peça 35 do Processo n.º 35950/14-e), relatório de inspeção, também **não há, com as vênias devidas, caracterização do nexo causal, estando a responsabilidade fundada basicamente no cargo exercido pelo defendente**.

27. Não é possível a responsabilização do gestor apenas pelo resultado, devendo o nexo de causalidade ser caracterizado em detalhes. No caso, onde não há prova de locupletamento ou dolo dos envolvidos, a culpa haveria de ser comprovada, em pelo menos uma de suas modalidades, ou seja, imperícia, imprudência e negligência. Assim não sendo, **estão ausentes os elementos caracterizadores de culpa, impossibilitando a responsabilização**.

28. Compulsando o **Papel de Trabalho n.º 11 – Processo n.º 35950/14-e – peça 33 – fl. 6** (cópia no §7), que contém o cálculo do superfaturamento do caso em foco, é possível constatar ser o valor composto da soma de nove valores, cada qual correspondente a um serviço totalmente ou parcialmente não realizado:

- Em 5 casos, iniciando com o seguinte texto: **'GLOSA TOTAL do quantitativo do serviço em virtude da não execução do serviço,'** (...). Foram glosados os seguintes serviços:

1 – retirada de telhas onduladas;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

2 – cobertura de telha de fibrocimento estrutural;

3 - pintura adesiva para concreto, a base de resina epóxi;

4 - remoção de pintura PVA/Acrílica;

5 - tratamento em concreto com estuque e lixamento.

- **Nos 4 casos restantes, com o seguinte texto: ‘AJUSTE do quantitativo do serviço’ (...). Foram ajustados os quantitativos dos seguintes serviços:**

1 - executadas 33 rampas de acessibilidade ao invés de 45;

2 - execução de passeios em concreto de 5 cm de espessura;

3 - emassamento em massa PVA e pintura epóxi, 2 demãos;

4 - pintura de calçadas em tinta latex acrílica pisos, cor concreto, 3 demãos.

29. **Ou seja, em todos os 9 serviços do caso concreto, o prejuízo decorre da não execução ou execução parcial de reparos específicos e básicos (pintura, emassamento, execução de passeios, etc.), o que, s.m.j., remete a responsabilidade ao executor do contrato.**

30. **A responsabilidade poderia ser restrita ao gestor caso, por hipótese, o mesmo tivesse propositalmente escolhido executor incapaz, sem a mínima qualificação para a função.** Para tanto, tal constatação deveria estar documentada nos autos, o que, infelizmente, não é o caso.

31. **Nesse sentido, diante da falta de caracterização do nexo causal, entende-se procedente a argumentação do defendente sobre este item, para isentá-lo da responsabilidade.**

Preliminar 4 – Litispendência (fl. 9)

32. Enxerga coincidência de temas entre os autos e o Processo n.º 25700/14, que aborda supostos fracionamentos, em 2013, na Administração do Cruzeiro.

33. Em consequência, requer o sobrestamento de todas as TCEs relativas ao exercício de 2013, derivadas do Processo n.º 35950/14-e.

Análise

34. Na realidade, o Processo n.º 25700/14, mencionado, é a Tomada de Contas Anual (TCA) da Administração Regional do Cruzeiro – RA – XI, referente ao exercício de 2013.

35. **Estes autos referem-se ao exercício de 2014 e à Administração Regional de Taguatinga, não havendo a alegada identidade com o Processo n.º 25700/14.**

36. Ainda que houvesse coincidência entre órgão e ano, o sobrestamento não atingiria a TCE, cujas irregularidades são pontuais e servem apenas de subsídio para a avaliação da gestão, na TCA. Caso a irregularidade objeto da TCE seja suficientemente grave para impactar a gestão do órgão, a TCA é que deve ser sobrestada.

Preliminar 5 – Vedação ao comportamento contraditório. Aplicação da teoria do ‘venire contra factum proprium e tu quoque’ (fls. 9 a 14)

37. Retoma a TCA, 2013, Administração do Cruzeiro, Processo n.º 25700/14, ressaltando a constatação de responsabilidade da própria Administração, pois as irregularidades apontadas decorrem de ausência de capacitação de servidores, rotatividade, desorganização e descontinuidade administrativa (fls. 9 e 10).

38. Acrescenta o defendente que, na qualidade de Administrador do Cruzeiro, praticamente não teve a liberdade de nomeação de uma força de trabalho de sua confiança, sequer tinha o poder de mudar o seu Chefe de Gabinete, em razão dos compromissos políticos que envolvem tais cargos, tendo que continuar exercendo suas atribuições com servidores já nomeados em outras administrações (fl. 10).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

39. Alega contraditório, com violação da boa-fé, a sua responsabilização por falhas decorrentes da falta de recursos humanos e materiais. Colaciona doutrina acerca do princípio venire contra factum proprium (agir contra fato próprio) e do postulado tu quoque (você também), segundo o qual, respectivamente, a parte que viola a norma jurídica não pode, sem abuso, exercer a situação jurídica que essa mesma norma lhe impõe e também não pode se beneficiar desse ato (fls. 11 a 14).

40. Assim, seja pela aplicação do venire, seja do tu quoque, solicita a relativização dos achados, de forma a considerar como meras falhas formais as irregularidades apontadas.

Análise

41. Conforme já colocado no item anterior, **o caso concreto refere-se ao exercício de 2014 e à Administração Regional de Taguatinga, não havendo como considerar fatos relacionados ao Processo n.º 25700/14 (TCA da Administração do Cruzeiro – 2013).**

42. Ainda que, por hipótese, fossem os fatos alegados referentes à gestão em foco, poderiam ser considerados no Processo n.º 35950/14-e, que originou esta TCE e outras, pois as irregularidades relativas à gestão lá permaneceram. Apenas o prejuízo foi de lá destacado e desmembrado em diversas TCEs (vinte e três no total), uma para cada empresa contratada.

43. A irregularidade em todas essas TCEs é única, 'superfaturamento por serviços pagos com quantidades superestimadas e por sobrepreço', consoante subscrito na Matriz de Responsabilidade (peça 4). Com as vênias devidas, tal falha não advém da falta de domínio jurídico ou técnico complexo, mas da falta de simples acompanhamento da execução da obra. A maioria absoluta do prejuízo é composto por pagamento de serviços não realizados, conforme se constata no PT-11 (peça 33 do Processo n.º 35950/14-e).

44. Portanto, **improcedentes os argumentos relativos a este item.**

Preliminar 6 – Excludente de responsabilidade do ex-administrador – Decisões adotadas com base em pareceres técnicos e/ou jurídicos da Administração (fls. 14 a 18)

45. Basicamente alega respaldo técnico e jurídico em todas as suas ações e decisões atinentes à contratação. Esclarece, trazendo doutrina e jurisprudência acerca do tema, que sua responsabilidade estaria afastada, em razão dos pareceres técnicos e jurídicos que orientaram a sua atuação. Acrescenta que a contratação foi regularmente conduzida pela Comissão de Licitação, avaliada pela Gerência e respectiva Diretoria e, apenas ao final, por ele homologada (fls. 14 a 18).

Análise

46. Os argumentos utilizados nesta oportunidade contradizem, em certa medida, os apresentados no item anterior, onde se alegou a ausência de capacitação de servidores, rotatividade, desorganização e descontinuidade administrativa. O cenário lá desenhado pelo defendente indicava a ausência de capacitação dos servidores acerca do tema. Agora, afirma ter agido em conformidade com a orientação dos mesmos. Nessa situação, deveria o gestor acompanhar pari passu, com a máxima cautela, cada procedimento administrativo e não atribuir suas decisões a terceiros sem capacitação.

47. **Conforme já colocado, os procedimentos administrativos, relativos à contratação, tidos por irregulares, permaneceram no Processo n.º 35950/14-e, sendo as ponderações ora alegadas referentes àqueles autos. Os prejuízos destacados nesta TCE e outras decorrem majoritariamente de serviços pagos e não**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

executados, ou seja, da falta de acompanhamento da obra, alusivos à fase de execução.

48. Do exposto, improcedentes as ponderações sobre este tópico.

Preliminar 7 – Impossibilidade do exercício do contraditório e da ampla defesa diante do tempo decorrido e em função da apreensão de grande parte dos processos pela Polícia Civil do DF (fls. 18 a 20)

49. Alega inviável o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa em razão do tempo decorrido e, principalmente, pela apreensão dos processos pela PCDF, inviabilizando a consulta. Esclarece ser a ampla defesa garantia constitucional, desenvolvendo o tema, para solicitar o arquivamento do feito, em razão da impossibilidade do exercício de seu direito (fls. 18 a 20).

Análise

50. Trata-se de mera alegação sem qualquer prova documental. Aliás, por meio da Consulta Pública de Processos – SICOP, constata-se que o processo originário permaneceu na RA-III – Taguatinga durante todo o ano de 2018 e até o presente momento, disponível para consulta do defendente, que foi citado para defesa em 07/08/2018 (peça 11).

(...)

51. Portanto, não procede o ora alegado pelo defendente.

Preliminar 8 – Vedação da responsabilização objetiva do Administrador Público (fls. 21 a 25)

52. Alegações e ponderações similares ao apresentado na Preliminar 3 (ver §§22 a 24).

Análise

53. A mesma da Preliminar 3 (ver §§25 a 31).

Mérito 1 – Inexistência de fracionamento. Competitividade assegurada com as licitações realizadas. Legalidade das condutas adotadas. (fls. 25 a 33).

54. Pondera acerca do fracionamento da licitação e outras questões relativas ao certame (fls. 25 a 32).

55. Aborda a execução contratual negando a sua responsabilidade por prejuízos decorrentes dessa fase. Para tanto, observa que o recebimento dos serviços e respectivos atestes foram efetivados pelos agentes públicos responsáveis, dotados de competência legal para a função. Portanto, entende ter-se baseado em provas documentais pertinentes, não sendo razoável exigir que pessoalmente fosse acompanhar a execução (fls. 32/3).

56. Em consequência, afirma não haver elementos capazes de demonstrar a ocorrência de prejuízo como decorrência de sua ação ou omissão, não sendo possível a manutenção de seu nome entre o rol de responsáveis (fl. 33).

Análise

57. Conforme já colocado nas análises de itens anteriores, as falhas relativas à licitação, a exemplo do fracionamento, são objetos do Processo n.º 35950/14-e.

58. Quanto à execução do contrato, embora a fiscalização realizada no Processo n.º 35950/14-e não tenha levantado os nomes dos executores, nem suas qualificações, a questão é a delineada na análise da Preliminar 3 (§§25 a 31), ou seja, não foi caracterizado nexos causal, o que impede a responsabilização do justificante.

59. Nesse sentido, considera-se parcialmente procedentes as alegações em foco.

Mérito 2 – Incidência na realidade da TCE, do Princípio ‘Duty to Mitigate the Loss’ (fls. 33 a 37)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

60. Reclama o defendente dos efeitos financeiros decorrentes do tempo entre a ocorrência do fato e a apuração, quase cinco anos, o que impôs, no seu entendimento, correção dos valores de referência, exponencialmente (fl. 33).

61. Pedindo vênias na sua interpretação, pondera que tal agravamento do ônus financeiro decorre de certa inércia do DF e do Tribunal em mitigar o prejuízo sofrido (fls. 33/4).

62. Nesse contexto, entende cabível a aplicação do princípio 'duty to mitigate the loss' (dever de mitigar as próprias perdas), ao permanecer o Tribunal inerte, permitindo o crescimento exponencial do suposto ônus financeiro a ser imputado ao responsabilizado. Colaciona doutrina acerca do tema (fls. 34 a 37).

63. Conclui solicitando, em consideração à aplicação desse princípio, a incidência de atualização monetária somente durante a vigência do contrato, de forma a não beneficiar indevidamente o credor (fl. 37).

Análise

64. Com as vênias devidas, parece despropositada a aplicação do 'duty to mitigate the loss' ao caso concreto. Derivado da boa-fé objetiva, o princípio impõe um comportamento ético ao credor, de forma a não prejudicar o devedor, agravando o débito imputado. A exemplo de uma instituição financeira que permanece inerte, sem alertar o devedor, por se beneficiar dos juros incidentes ao longo do tempo.

65. No caso concreto, o valor do prejuízo foi corrigido monetariamente, de forma a preservar o seu real valor no tempo, mitigando os efeitos inflacionários. Portanto, a falta de correção desse valor beneficiaria indevidamente o responsabilizado, que pagaria um valor real inferior ao do dano provocado.

66. Cabe lembrar que **a correção de valores praticada pelo Tribunal decorre de dever legal, por força de normativo regularmente aprovado e vigente, L.C. n.º 435/2001.**

67. Ademais, **o Tribunal atuou tempestivamente, assim que tomou conhecimento da denúncia**, não tendo o defendente apontado, de forma específica, no trâmite dos autos, disponível na internet, onde se deu a inércia alegada. Ou seja, a sua alegação foi genérica e desprovida de prova.

68. Portanto, **improcedente a defesa acerca do item em foco.**

Da ausência de má-fé nas ações do Justificante e do pedido (fls. 37 a 39)

69. Trata-se de tópico de conclusão e pedido. Reafirma a ausência de má-fé e remete à fundamentação já exposta para frisar a inexistência de elementos caracterizadores do dolo e da culpa nos autos, não havendo como imputar responsabilidade ao agente.

70. Requer o acolhimento de sua defesa, de modo que, a uma, haja suspensão do feito até decisão final na seara penal, a duas, seu nome seja excluído do rol de responsáveis, a três, caso superados os pedidos anteriores, sua gestão seja julgada regular, ainda que com ressalvas e recomendações.

Análise

71. Por se tratar de 'conclusão' e 'pedido', não há análise de mérito deste tópico.

72. Dos pontos analisados, verifica-se que a defesa apresentada pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto pode ser considerada parcialmente procedente.

73. Não obstante, **a parte procedente se dá em ponto essencial, da falta de caracterização do nexa causal, o que impede a responsabilização.**" (Grifos acrescidos e no original).

19. Como se verifica, em sua análise, o Corpo Técnico salientou que são **parcialmente procedentes** as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Antônio Sabino de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Vasconcelos Neto. Neste sentido, acolheu os argumentos trazidos nas preliminares 3 e 8, *“Necessidade de individualização da conduta do defendente para a caracterização da responsabilidade subjetiva”* e *“Vedação da responsabilização objetiva do Administrador Público”*, respectivamente, e, parcialmente, os contidos no mérito 1, *“Inexistência de fracionamento. Competitividade assegurada com as licitações realizadas. Legalidade das condutas adotadas.”*.

20. Para tanto, aduziu que, ao analisar a matriz de responsabilização (peça nº 4), constatou presentes o “valor do prejuízo”, o “tipo de irregularidade” e os “responsáveis solidários” mas, ausente, contudo, a indicação do nexo causal.

21. Asseverou que, igualmente, nas instruções produzidas no Processo nº 35.950/2014-e, Informações nºs 200/2016 e 12/2016 – DIACOMP3, correspondentes ao exame das justificativas dos responsabilizados e ao relatório de inspeção, respectivamente, não há caracterização do nexo causal, estando a responsabilidade do justificante atrelada basicamente ao cargo que exerceu na Administração Regional de Taguatinga – RA III, à época dos fatos, de Administrador Regional.

22. Nesse diapasão, ponderou que não é possível responsabilizar o gestor apenas pelo resultado, sendo essencial que o nexo de causalidade seja caracterizado em detalhes. A propósito, ponderou que: *“onde não há prova de locupletamento ou dolo dos envolvidos, a culpa haveria de ser comprovada, em pelo menos uma de suas modalidades, ou seja, imperícia, imprudência e negligência.”*

23. Ademais, consignou que o montante do superfaturamento objeto da TCE é composto pela soma de valores de serviços não realizados ou parcialmente realizados, o que, no seu entender, indica que o prejuízo apurado nos autos decorre da não execução ou execução parcial dos serviços contratados, o que remete à responsabilidade ao executor do contrato e não ao gestor da jurisdição.

24. A esse respeito, entendeu que o então Administrador Regional de Taguatinga no exercício de 2014, ora defendente, somente poderia ser responsabilizado se, propositada e comprovadamente tivesse escolhido executor incapaz, sem a mínima qualificação para a função. O que, entretanto, não se evidencia no presente feito.

25. Dessarte, diante da falta de caracterização do nexo causal, considerou, neste aspecto, suficientes os argumentos do Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto para isentá-lo da responsabilidade que lhe fora atribuída nos autos.

26. Com a **devida vênia**, o Órgão Ministerial não coaduna com o exame feito pelo zeloso Corpo Técnico. É dizer. Se, de um lado, o **Parquet** especializado se alinha ao posicionamento da Unidade Técnica, que rechaçou os argumentos contidos nas preliminares 1, 2, 4, 5, 6 e 7 e no mérito 2, de outro, **não anui** com o que acolheu as alegações trazidas nas preliminares 3 e 8 e no mérito 1, relacionadas à inexistência de nexo causal que suporte a responsabilização do defendente nestes autos. Explico.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

27. Com efeito, em consonância com a Unidade, não merece guarida o argumento de nulidade de denúncia por vício formal e material (Preliminar 1).

28. Conforme mencionado alhures neste Parecer, a exordial foi conhecida pelo e. **Tribunal** por meio da r. Decisão nº 13/2015, em razão do preenchimento dos requisitos de admissibilidade exigidos no preâmbulo do § 1º, inciso I, do artigo 196 do RI/TCDF, vigente à época, c/c os postulados do controle social disciplinados na Lei de Acesso à Informação. Ademais, os fatos descritos na denúncia foram precisos e as irregularidades noticiadas, constatadas no bojo da inspeção realizada.

29. Igualmente, não assiste razão ao defendente o pedido de sobrestamento dos autos (Preliminar 2), em face das operações denominadas “Apate” e “Monopólio”, deflagradas pela Delegacia de Repressão de Crimes Contra a Administração Pública da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, sob o argumento de que as referidas operações possam resultar em processos judiciais, dos quais possam advir decisões conflitantes e prejudiciais aos seus direitos constitucionais.

30. Como se verifica, as operações da PCDF estão em fase de investigação e ainda não existem processos judiciais delas decorrentes. E mesmo que houvesse, conforme reconheceu o próprio defendente, vigora, no caso em questão, a independência das instâncias, não havendo que se falar na interrupção desta TCE que se encontra em fase de defesa, com as apurações encerradas, indicação do prejuízo, tipo de irregularidade e responsáveis.

31. Ademais, não socorre ao defendente o precedente indicado, a r. Decisão nº 4.513/2018² proferida no Processo nº 8.340/2018-e, autuado por força da audiência determinada no item V do r. **Decisum** nº 13/2018 prolatada no Processo nº 35.950/2014-e, transcrito no parágrafo 4º deste Parecer.

32. Conforme salientado pelo Corpo Instrutivo, o sobrestamento determinado naqueles autos foi por curtíssimo período, 30 dias, tão somente para que a PCDF promovesse o envio de informações produzidas nas mencionadas operações de investigação policial, o que já ocorreu.

33. No que toca à Preliminar 3 – “*Necessidade de individualização da conduta do defendente para caracterização da responsabilidade subjetiva*”, desta feita **dissentindo** do

² “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 108/2018-3ª Diacom (e-DOC 8C50C3CC-e); b) do Parecer n.º 717/2018–ML (e-DOC EC17A1E4-e); II – solicitar à PCDF o envio, no prazo de 30 (trinta) dias, de informações produzidas nas operações denominadas ‘Apate’ e ‘Monopólio’ que se inter-relacionem com os fatos apurados nos autos em exame, especificamente ao tema fracionamento de licitação, mediante convites, para execução de obras de engenharia nas Regiões Administrativas do Cruzeiro – RA XI, nos anos de 2012 e 2013, e de Taguatinga – RA III, no exercício de 2014; III – sobrestar o deslinde dos autos em exame, até o cumprimento do subitem II, retro; IV – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à PCDF, para subsidiar o cumprimento da diligência constante do item II; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacom/TCDF, para adoção das providências pertinentes.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

posicionamento da Unidade Técnica, o **MPC/DF** entende que não merecem guarida os argumentos apresentados pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto.

34. Não é demais repisar que o defendente, na condição de Administrador Regional de Taguatinga – RA III, no exercício de 2014, possuía a indelegável obrigação de supervisionar o regular emprego dos recursos públicos destinados àquela Pasta, sendo expressamente conferidas ao titular daquela Administração Regional, nos termos do art. 53 do Decreto nº 16.247/1994 (Aprova o Regimento Interno das Administrações Regionais do (a), (e) Gama, **Taguatinga**, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro e Samambaia) atribuições de “(...) *coordenar, dirigir, controlar e supervisionar a execução das competências das unidades orgânicas da Administração Regional* (inciso IV); *aprovar o planejamento funcional e a programação anual da Administração Regional* (inciso VIII); *autorizar a realização de despesa e ordenar o respectivo pagamento* (inciso XI).”

35. No sentir desta Primeira Procuradoria, não merecem prosperar as alegações de que a participação do **Sr. Antônio Sabino Vasconcelos Neto** na causa do prejuízo do Contrato nº 19/2014 tenha sido **meramente indireta**, ao argumento de que os atos de gestão que culminaram no referido prejuízo foram praticados no âmbito da execução do ajuste, de responsabilidade do executor, **sem interferência direta** do defendente.

36. Apesar de o art. 63 do Decreto nº 16.247/1994 atribuir responsabilidades ao Diretor da Divisão de Administração Geral pela orientação e fiscalização da execução das atividades setoriais de orçamento e finanças, pessoal, material, patrimônio, transporte, documentação e de comunicação administrativa da RA III, **era atribuição do defendente**, além de **supervisionar a correta aplicação dos recursos públicos** geridos por aquela Administração Regional, funções de **coordenação, acompanhamento e controle das atividades e atos praticados no âmbito das unidades orgânicas da Pasta**, notadamente quanto à legalidade, moralidade e economicidade das contratações porventura realizadas, conforme se depreende do art. 53 do aludido diploma legal

37. Nessa vertente, verifica-se que a responsabilidade do defendente se deve ao fato de restar configurada, nos autos, a sua culpa, que se reveste em elemento subjetivo, seja pela ausência de efetiva fiscalização dos atos praticados no âmbito da Pasta pela qual era o dirigente máximo (**culpa in vigilando**), seja pela escolha de subordinados ineptos para às funções que exerciam (**culpa in eligendo**), uma vez que o Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, ex Administrador Regional de Taguatinga, no exercício de 2014, tinha competência regimental originária de perseguir a regular formalização dos ajustes da Administração Regional, verificando, previamente, a regularidade do orçamento que culminou na contratação em exame.

38. Se assim não agiu, o defendente assumiu a responsabilidade pelas irregularidades havidas nos atos preparatórios da contratação, relacionadas ao superfaturamento por sobrepreço e quantidades nos serviços prestados pela sociedade empresária empresa Urbanizarh – Urbanização, Construções e Serviços de RH (Felipe



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Siqueira Rocha de Oliveira EPP), que resultaram no prejuízo indicado nestes autos, conforme apurado na inspeção realizada no Contrato n.º 19/2014-RA III.

39. Nesse contexto, merece relevo a transcrição de excertos da Informação n.º 12/2016 – DIACOMP3 (peça n.º 35 do Processo n.º 35.950/2014-e), que descrevem as principais irregularidades cometidas de forma mais reiterada e sistemática nos orçamentos propostos pelas AR's:

*“II.1.3 - Superfaturamento por Sobrepreço e Quantidades
(...)*

a) Existência de sobrepreço: diversos serviços apresentaram sobrepreço em relação aos paradigmas de mercado, inclusive utilização de preços diferentes para o mesmo serviço, em desacordo com a própria tabela da Novacap;

b) Ausência de elementos que justificassem os quantitativos: na maioria dos convites realizados, os quantitativos dos serviços previstos nas planilhas orçamentárias não apresentavam elementos que os justificassem, como projetos, memória de cálculo, croquis e especificações, especialmente serviços de terraplenagem;

c) Serviços de terraplenagem e pavimentação: observou-se a utilização de critérios incoerentes de quantificação nestes serviços, os quais variavam, desproporcionalmente, de uma obra para outra, e conduziam, necessariamente, a supestimativas de quantitativos, (...)

d) Plantio de grama diferente da contratada: o tipo de grama contratada na maior parte dos orçamentos é do tipo São Carlos, em placas, mais cara e pouco recomendada para o Distrito Federal. No entanto, em visita aos locais da execução dos serviços observou-se que, em 100% deles, foi plantada a grama batatais, em mudas, bem mais barata;

e) Previsão/medição/pagamento de serviços fictícios e em duplicidade: chama a atenção a utilização nas planilhas orçamentárias do serviço 'PREPARO E SUBSTITUIÇÃO DE TERRA PARA PLANTIO', ao um preço excessivamente caro e em franca duplicidade com outro serviço, qual seja, 'REVOLVIMENTO MECANIZADO DE TERRA PARA PLANTIO DE GRAMA PROFUNDIDADE DE 20 A 30 CM' (ver Processos n.º 139.000.211/2013, n.º 139.000.012/2013, n.º 139.000.293/2013, n.º 139.000.428/2013 e n.º 139.000.192/2013). Observa-se que o serviço é desnecessário (não há substituição de solo para plantio de grama em nenhum local do DF) e excessivamente oneroso, com R\$ 20,03/m², o que resultou, no caso do Processo n.º 139.000.211/2013, em um total de R\$ 54.720,92, correspondente à 39,9% do total contratado. Tal fato, ante a duplicidade, desnecessidade e não execução do serviço, demonstra possibilidade de fraude. Estranhamente em outros processos não foi utilizado este serviço (n.º 139.000.464/2013 e todos processo da AR's de Taguatinga no ano de 2014). Também no processo n.º 132.000.833/2014, o qual se refere a reforma de 45 paradas de ônibus nos setores QNL/QNJ de Taguatinga, foi verificado o pagamento de diversos serviços não executados, conforme Papeis de Trabalho n.º 11 (Peça 33, folha 6), n.º 5 (Peça 27) e n.º 12 (Peça 34);

f) Utilização de BDI inadequado para insumos asfálticos: em geral, os orçamentos das AR's não diferenciavam o BDI para insumos asfálticos, com exceção do processo n.º 139.000.446/2013, no qual foi utilizado uma taxa de BDI, corretamente, de 15%;

g) Utilização de BDI inadequado para equipamentos públicos: em geral, os



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

orçamentos das AR's não diferenciavam o BDI para equipamentos públicos (brinquedos e equipamentos de ginástica comunitários). A natureza preponderante dos custos de fornecimento dos equipamentos em detrimento dos custos de instalação dos mesmos configura situação de simples intermediação, tendo-se verificado, em alguns casos, que o preço total dos equipamentos correspondia a quase 50% do preço total da contratação;

h) Utilização de BDI duplicado: duplicidade de BDI em alguns orçamentos, uma vez que as Composições de Custos Unitários – CPU's da Novacap, utilizadas como fonte pelas AR's, já computavam esta taxa, a qual foi novamente aplicada (processos nº 139.000.557/2013 e nº 139.000.211/2013);

i) Ausência de processo regular de medição dos serviços executados: verificou-se que nas AR's não há aferição dos serviços medidos de forma individualizada, de forma a corrigir eventuais desvios durante a etapa de execução dos mesmos. (...)”

40. Na forma exposta anteriormente, na condição de Administrador Regional de Taguatinga – RA III, o Sr. Antônio Sabino Vasconcelos Neto detinha competência regimental de supervisão e fiscalização dos atos preparatórios e de fiscalização realizados pelas áreas técnicas especializadas da RA III que levaram à celebração e execução do Contrato nº 19/2014, não sendo crível que passasse despercebida a contratação e o consequente pagamento de serviços envolvendo preços e quantitativos tão vultuosos, com evidente prejuízo para a Administração Pública.

41. Acolher tese nesse sentido seria aceitar que todos os atos de Secretário de Estado ou dirigente máximo de órgão ou entidade são meramente formais, não cabendo lhe ser exigido o conhecimento dos detalhes havidos nas etapas correspondentes, preparatórios à contratação e de execução, nem tampouco a adoção de providências tendentes a sanar eventuais inconformidades ou falhas técnicas, de forma a evitar riscos decorrentes dos referidos atos.

42. Ao contrário do alegado, ainda que não tenha participado diretamente da fiscalização do Contrato, caberia ao então Administrador Regional, em razão das prerrogativas inerentes ao referido cargo, não apenas a formalização de contrato, mas, também, o acompanhamento das etapas que sucederam a contratação efetivada, em observância às previsões contidas no art. 53 do Decreto nº 16.247/1994, sob pena de incorrer em violação ao dever funcional, evidenciada em **conduta omissiva** que atenta contra o bom funcionamento do serviço público e dos fins por ele visados, o que caracteriza a responsabilidade administrativa do Sr. Antônio Sabino Vasconcelos Neto.

43. Na espécie, os trabalhos levados a efeito pela equipe de inspeção constataram que o Sr. Antônio Sabino Vasconcelos Neto, no período que respondia como titular da RA III, não acompanhou adequadamente os atos que sucederam a formalização do Contrato nº 19/2014, contribuindo, decisivamente, para os prejuízos advindos da reforma de 45 paradas de ônibus localizadas em diversos setores de Taguatinga, contratados com superfaturamento por sobrepreço e quantidades, conforme apurado no item II.1.3 da Informação nº 12/2016 – DIACOMP3.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

44. Nesse diapasão, entendo **improcedentes** as alegações relativas à ausência de nexos causal para imputação de responsabilidade ao ora defendente, uma vez que a fiscalização dos atos vinculados ao Convite nº 12/2014, do qual decorreu o Contrato nº 19/2014 era de competência do então Administrador Regional e a omissão no efetivo acompanhamento desses atos resultou em dano injustificável aos cofres públicos, devendo o Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto responder, de forma **solidária**, pelo prejuízo apurado nos autos decorrente do superfaturamento por sobrepreço e quantidades.

45. Prosseguindo e, desta feita voltando à **convergência** com o posicionamento do Corpo Técnico, o **Parquet** especializado entende que **não devem prevalecer** os argumentos contidos nas Preliminares nº 4 – “*Litispendência*” e nº 5 – “*Vedação ao comportamento contraditório. Aplicação da teoria do ‘venire contra factum proprium e tu quoque’*”, que se referem ao Processo nº 25.700/2014, autuado para abrigar a Tomada de Contas Anual da Região Administrativa do Cruzeiro – RA XI, exercício 2013.

46. Conforme salientado, não há qualquer correlação daquele processo com o que se apura no presente feito, não sendo possível admitir o sobrestamento destes autos em razão daqueles e, nem mesmo, aproveitar as circunstâncias das ocorrências de lá, para afastar as irregularidades tratadas nesta TCE. **Improcedentes**, portanto, essas alegações.

47. Igualmente, o **Parquet** de Contas refuta os argumentos apresentados pelo Sr. Antônio Sabino no tocante à Preliminar nº 6 – “*Excludente de responsabilidade do ex-administrador – Decisões adotadas com base em pareceres técnicos e/ou jurídicos da Administração*”.

48. Desta feita, o defendente alega não poder ser responsabilizado pelo prejuízo apurado na TCE, pelo fato de ter respaldo técnico e jurídico para suas ações e decisões relacionadas à contratação em comento.

49. Conforme salientado pela Unidade Técnica, o defendente se contradiz quando, de um lado, argumenta que não pode responder pelos atos dos seus subordinados e de outro, afirma que sua atuação teve amparo em orientações advindas dos seus subordinados.

50. Reiterando o posicionamento defendido nos parágrafos 33 a 44 deste Opinativo, ressalto que não convence o **Parquet** especializado a tese de que o dirigente não é capaz de ser responsabilizado por atos que pratica no comando do órgão de que é titular. Deve-se, em cada caso, observar se a sua conduta, comissiva ou omissiva, contrariou os preceitos legais e os normativos que são aplicáveis à espécie, a fim de se verificar se o seu comportamento foi determinante para a ocorrência do resultado, identificando-se, assim o correspondente nexo de causalidade.

51. **In casu**, evidente a sua **omissão no poder-dever que detinha de supervisionar e controlar os atos praticado por seus subordinados**. Por conseguinte, tal fato conduz à possibilidade de ser responsabilizado, tendo em vista que **sua conduta foi necessária para a concretização das irregularidades**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

52. Nesse sentido, verifico que os argumentos trazidos pelo Sr. Antônio Sabino Vasconcelos Neto não possuem o condão de afastar sua responsabilidade.

53. A propósito, antecipo que esse também é o entendimento do **Parquet** especializado para afastar as alegações contidas na Preliminar nº 8 – “*Vedação da responsabilização objetiva do Administrador Público*” e no Mérito nº 1 – “*Inexistência de fracionamento. Competitividade assegurada com as licitações realizadas. Legalidade das condutas adotadas.*”

54. Volvendo à convergência com a Unidade Técnica, desta feita no tocante à Preliminar nº 7 – “*Impossibilidade do exercício do contraditório e da ampla defesa diante do tempo decorrido e em função da apreensão de grande parte dos processos pela Polícia Civil do DF*”, o **Parquet** de Contas também entende que não merece acolhida as alegações trazidas pelo defendente.

55. Conforme salientado pelo Corpo Técnico, o Processo nº 132.000.633/2014, objeto desta TCE, permaneceu durante todo o ano de 2018 na Administração Regional de Taguatinga – RA III, para consulta e exame do responsável, não havendo que se falar em cerceamento de defesa.

56. Por fim, no tocante ao Mérito nº 2 “*Incidência na realizada da TCE, do Princípio ‘Duty to Mitigate the Loss’*”, o **Parquet** especial novamente se alinha ao posicionamento do Corpo Técnico para refutar os argumentos de defesa apresentados pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto.

57. Com efeito, não há que se falar em inércia do c. **Tribunal**, haja vista que sua atuação ocorreu tão logo tomou conhecimento da denúncia, no âmbito do Processo nº 35.950/2014-e. Ademais, uma vez apurado o débito, a correção de valores praticada pelo e. **Tribunal** tem previsão na Lei Complementar nº 435/2001.

Defesa da Sra. Lauremar Dantas Barbosa (peça 28).

74. *O único acréscimo feito pela ora defendente em relação à defesa antes analisada, do Sr. Antônio Sabino, foi a arguição de prescrição quinquenal para os contratos firmados em 2012 (fls. 30 a 38), o que não é o caso dos autos, cuja referência é 2014, ano da ocorrência do prejuízo.*

75. *Aliás, das 23 TCEs derivadas do Processo n.º 35950/14-e, apenas duas possuem prejuízos ocorridos em 2012. São eles Processos n.ºs 17004/18-e e 17420/18-e (essas 23 TCEs tratam apenas do prejuízo, permanecendo as irregularidades no âmbito do Processo n.º 35950/14-e). Ainda assim, vale destacar que, por força constitucional (§5º do artigo 37 da CF), as ações de ressarcimento ao erário são imprescritíveis. O próprio parecer colacionado pela defendente para subsidiar sua argumentação reconhece tal exceção. Assim, improcedente a alegação de prescrição.*

76. *Os demais pontos da defesa apresentada pela Sra. Lauremar são praticamente idênticos àquela apresentada pelo Sr. Antônio Sabino, antes analisada. Possuem igual teor e forma, com as devidas adaptações quanto ao cargo ocupado e detalhes correlatos, motivo pelo qual a análise é a mesma feita anteriormente, à exceção dos pontos relacionados à responsabilidade subjetiva.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

77. No caso concreto, a Sra. Lauremar também foi designada como executora do contrato, conforme *Ordem de Serviço n.º 121, de 19/08/2014 (DODF n.º 173, de 22/08/2014)*:

ORDEN DE SERVIÇO Nº 121, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, DA COORDENADORIA DAS CIDADES, DA CASA CIVIL, DA GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXIII do artigo 53, do Regimento Interno das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto n.º 16.247 de 29 de dezembro de 1994, combinado com o Inciso II do Artigo 41 das Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade, aprovadas pelo Decreto n.º 32.598 de 15 de dezembro de 2010, RESOLVE:

Art. 1º Designar LAUREMAR GOMES DANTAS, Diretor da Diretoria de Obras, matrícula 1.651.602-8 e DOMINGOS DE ARAUJO SOUSA, Encarregado do Núcleo de Comando e Reparos, matrícula 1.653.844-7, para EXECUTORES da Obra de recuperação de 45 paradas de ônibus em concreto, reforma de calçadas e pisos, pintura e impermeabilização das coberturas, Taguatinga-DF, processo nº 132.000.833/2014, conforme contrato celebrado entre a Administração Regional de Taguatinga e a empresa FELIPE SIQUEIRA ROCHA DE OLIVEIRA, no período de vigência do referido.

Art. 2º Os executores deverão supervisionar fiscalizar, acompanhar a execução e atestar as notas fiscais/faturas de acordo com o que estabelece o Inciso II e parágrafo 5º do artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010; os parágrafos 1º e 2º do artigo 67, da Lei nº 8.666/93 e as Portarias nºs 29 e 125-2004/SEPLAG.

Art. 3º Convalidando os atos do executor nomeado a partir de 18 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO SABINO DE VASCONCELOS NETO

78. Consoante decorrido nos §§25 a 31, o prejuízo decorre da não execução ou execução parcial de reparos específicos e básicos (pintura, emassamento, execução de passeios, etc.), o que remete a responsabilidade aos executores do contrato, nos termos do artigo 2º da Ordem de Serviço antes colacionada.

79. Portanto, *improcedente a defesa da Sra. Lauremar.*” (Grifos acrescidos e no original).

58. No que toca às razões de justificativa apresentadas pela Sra. Laudemar Dantas Barbosa, em harmonia com a Unidade Técnica, entendo que **as alegações trazidas não elidem as práticas irregulares neste processo.**

59. A propósito, enfatizo que a manifestação outrora utilizada pelo **Parquet** para a rejeição das alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Antonio Sabino de Vasconcelos Neto aproveita para rechaçar os argumentos trazidos por essa defendente que se fundam nas mesmas razões.

60. Em relação à arguição de prescrição quinquenal para os contratos firmados em 2012, assiste razão ao Corpo Técnico, quando aduz que a referência desta TCE é o ano de 2014, quando ocorreu o prejuízo apurado nestes autos.

61. Nesse aspecto, convém registrar que **tampouco se poderia aventar a hipótese de ocorrência da prescrição**, especialmente face à previsão contida no art. 37, § 5º, da



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

Constituição Federal, segundo a qual são **imprescritíveis** as **ações de ressarcimento** ao Erário.

62. Nessa toada de entendimento, o e. **Superior Tribunal de Justiça**, no julgamento do REsp 894.539/PI (2ª Turma, Rel. Min. **Herman Benjamin**, DJe de 27/8/2009), firmou entendimento no sentido de que, sendo a TCE um **processo administrativo que visa a identificar responsáveis por danos causados ao Erário, bem como determinar o ressarcimento do prejuízo apurado, indubitável é a incidência da imprescritibilidade** prevista no dispositivo constitucional destacado.

63. Registre-se, ainda, que, no julgamento do MS 26.210, o c. **Pleno** do e. **Supremo Tribunal Federal** também fixou entendimento no sentido da **imprescritibilidade da ação de ressarcimento de dano ao Erário**. Eis a ementa do julgado:

“MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. BOLSISTA DO CNPq. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE RETORNAR AO PAÍS APÓS TÉRMINO DA CONCESSÃO DE BOLSA PARA ESTUDO NO EXTERIOR. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

I - O beneficiário de bolsa de estudos no exterior patrocinada pelo Poder Público, não pode alegar desconhecimento de obrigação constante no contrato por ele subscrito e nas normas do órgão provedor.

II - Precedente: MS 24.519, Rel. Min. Eros Grau.

III - Incidência, na espécie, do disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, no tocante à alegada prescrição.

*IV - Segurança denegada”.*³

64. Os seguintes vv. acórdãos prolatados por ambas as turmas do e. **Pretório Excelso** também caminham no mesmo sentido: AI 819.135 AgR/SP, 1ª Turma, Rel. Min. **Luiz Fux**, DJe de 19/8/2013; RE 598.493 AgR/SP, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª **Cármem Lúcia**, DJe de 13/5/2013; AI 848.482 AgR, 1ª Turma, Rel. Min. **Luiz Fux**, DJe de 22/2/2013; e, RE 606.224 AgR/SE, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª **Cármem Lúcia**, DJe de 17/4/2013.

65. No mesmo sentido: v. Acórdão nº 3.481, **Plenário**, Rel. Min. **Aroldo Cedraz**, DOU de 10/12/2012 e v. Acórdão nº 5.716, **Primeira Câmara**, Rel. Min. Substituto **Weder de Oliveira**, DOU de 20/8/2013.

66. O e. **TCDF**, em harmonia com o entendimento acima destacado, também possui sedimentada jurisprudência no sentido de que as ações de ressarcimento ao Erário, representada **in casu** pela TCE, são **imprescritíveis**. Exemplificativamente, cito a r. Decisão nº 311/2012⁴.

³ MS 26.210/DF, **Tribunal Pleno**, Rel. Min. **Ricardo Lewandowski**, DJe de 10/10/2008.

⁴ **Plenário**, Rel. Cons. **Costa Couto**, DODF de 1º/3/2012.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

67. Por fim, destaco que a rejeição das alegações de defesa da Sra. Laudemar Dantas Barbosa encontra reforço no fato de esta responsável ter sido designada executora do ajuste, a teor da Ordem de Serviço nº 121/2014, publicada no DODF n.º 173, de 22/08/2014.

68. Nesse diapasão, não é demais rememorar que os fatos relatados nesta TCE denotam a ocorrência de **falhas no acompanhamento e fiscalização** do Contrato nº 19/2014, firmado entre a RA III e a sociedade empresária Urbanizarh – Urbanização, Construções e Serviços de RH, oriundo do Convite nº 12/2014, para a reforma de 45 paradas de ônibus em diversos locais do Cruzeiro, do que decorreu **superfaturamento** por serviços pagos com quantidades superestimadas e por **sobrepreço**.

69. Com efeito, o entendimento do **MPC/DF** é de no sentido de que nada adianta fazer um adequado planejamento da contratação, realizar uma contratação livre de irregularidades e obter uma proposta vantajosa para a Administração, **se a fiscalização não atuar com o devido zelo com a coisa pública e a execução contratual divergir do objeto contratado**.

70. Ademais, a atividade de fiscalização do contrato é a garantia de que o que foi contratado pela Administração será realizado, resguardando toda a excelência de um processo de contratação bem sucedido. Falhas nessa atividade, inexoravelmente, comprometerão o cumprimento da finalidade pública a que a Administração está vinculada.

71. Ainda, importante destacar que o regime jurídico aplicável às contratações públicas confere à Administração a **prerrogativa** de fiscalizar a realização dos objetos pactuados, consoante o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993. Friso que esse direito **não é uma faculdade** conferida à Administração, mas sim um **dever**, conforme entendimento doutrinário há muito sedimentado⁵.

72. Sobre o tema, cito o ensinamento de **Marçal Justen Filho**⁶, para quem "*O regime de Direito Administrativo atribui à Administração o **poder-dever** de fiscalizar a execução do contrato (art. 58, III)*". Daí a Lei nº 8.666/1993 exigir a designação formal de um fiscal de contrato para o acompanhamento de sua execução, conforme redação do seu art. 67, **in verbis**:

*"Art. 67. A execução do contrato **deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. § 1º O representante da Administração **anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato**, determinando o que for necessário à **regularização das faltas ou defeitos observados**. § 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes."* (Grifos acrescidos).

⁵ e.g. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 280.

⁶ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012, p. 934.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

73. Assim, a finalidade da fiscalização, nas palavras do saudoso Prof. **Hely Lopes Meirelles**, “*é assegurar a perfeita execução do contrato, ou seja, a exata correspondência dos trabalhos com o projeto ou com as exigências previamente estabelecidas pela Administração, tanto nos seus aspectos técnicos quanto nos prazos de realização, e, por isso mesmo, há de pautar-se pelas cláusulas contratuais, pelas normas regulamentares do serviços e pelas disposições do caderno de obrigações*”⁷.

74. No que toca ao processamento do feito de apuração especial, imperioso salientar que a imputação de responsabilidade aos servidores da RA III, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do ajuste firmado com a Urbanizrh, estiveram balizadas nos normativos aplicáveis à espécie e na ausência de providências para sanar as irregularidades apuradas nos presentes autos.

75. Nesse sentido, não atendeu a responsável ao estabelecido no art. 41, II, § 5º do Decreto distrital nº 32.598/2010⁸ e nos §§ 1º e 2º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993, **in verbis**:

“Art. 41. Nos contratos para execução de obras e prestação de serviços designar-se-á, de forma expressa:

(...)

II – o executor ou executores, a quem caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, bem como apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante.

(...)

§ 5º É da competência e responsabilidade do executor:

I – verificar se o cronograma físico-financeiro das obras e serviços ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo com a respectiva Ordem de Serviço e Nota de Empenho;

II – prestar, ao ordenador de despesa, informações necessárias ao cálculo do reajustamento de preços, quando previsto em normas próprias;

III – dar ciência ao órgão ou entidade contratante, sobre:

a) ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado;

b) alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto;

IV – atestar a conclusão das etapas ajustadas;

V – prestar à unidade setorial de orçamento e finanças, ou equivalente, informações quanto ao andamento das etapas, para atualização do SIAC/SIGGo;

VI – verificar a articulação entre as etapas, de modo que os serviços não sejam prejudicados;

VII – remeter, até o 5º (quinto) dia útil do bimestre subsequente, relatório de acompanhamento das obras ou serviços contratados ao órgão ou entidade contratante, ao órgão responsável pela supervisão técnica e à unidade setorial ou seccional de planejamento;

VIII – receber obras e serviços, ouvido o órgão responsável pela supervisão técnica;

IX – prestar contas, nos termos do artigo 46.”

⁷ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 235/236.

⁸ Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

“Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.”

76. Ora, se a fiscalização for realizada de forma eficiente pelo executor do contrato, **não haverá pagamentos sem a efetiva prestação de serviços** ou tampouco descumprimento de cláusulas editalícias e contratuais, conforme observado na presente TCE.

77. Do mesmo modo, é cediço que a responsabilidade civil, para sua caracterização, deve ter delimitada os seguintes requisitos: i) a **conduta omissiva ou comissiva** do agente; ii) o **elemento subjetivo** (dolo ou culpa); iii) o **resultado**, dano provocado a outrem; e iv) o **nexo de causalidade**, que nada mais é do que a conexão da ação/omissão com o resultado danoso⁹.

78. Cumpre relembrar os achados da inspeção realizada em razão da denúncia que determinou a autuação do Processo nº 35.950/2014-e, que, por sua vez, deu origem a TCE em exame. Naqueles autos, o Corpo Técnico do c. **Tribunal** assim consignou:

“II.1.3 - Superfaturamento por Sobrepreço e Quantidades

Ausência de processo regular de medição dos serviços executados: verificou-se que nas AR's não há aferição dos serviços medidos de forma individualizada, de forma a corrigir eventuais desvios durante a etapa de execução dos mesmos. (...). As equipes de fiscalização, na maior parte dos processos analisados, se limitavam a confirmar os quantitativos previstos nas planilhas orçamentárias das AR's, partindo do pressuposto de que essas quantidades estariam corretas. Em que pese o regime de execução ser global, deve-se medir unitariamente os serviços para evitar as distorções ora identificadas. Os pagamentos foram realizados em duas ou três parcelas, medindo-se percentualmente em relação aos serviços previstos (mera proporção), não havendo memória de cálculo detalhada dos quantitativos efetivamente medidos. Tal procedimento permitiu o pagamento dos quantitativos superestimados, ou mesmo, não executados.” (e-DOC E9EA9F94-e do Processo nº 35.950/2014-e).

79. Desse modo, também aos olhos do **MPC/DF**, são **improcedentes** os argumentos de defesa apresentados pela Sra. Laudemar Dantas Barbosa.

“Requerimento da empresa Felipe Siqueira Rocha de Oliveira – EPP (Urbanizarh – Urbanização, Construções e Serviços de RH) (peças 23 a 25).

80. Trata-se de requerimento de juntada dos seguintes documentos aos autos: Balanço Patrimonial e DRE da empresa, arquivos com parte dos Diários das Obras,

⁹ RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. Volume 4. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 14.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

fotos das obras e endereços eletrônicos com matérias jornalísticas sobre os serviços realizados.

Análise

81. *As matérias jornalísticas e parte das fotos referem-se a obras realizadas no Cruzeiro, sendo este feito sobre obras em Taguatinga.*

82. *Os demais documentos (Balanço Patrimonial, DRE, parte dos Diários de Obras e fotos) nada apresentam para mitigar o prejuízo foco dos autos. **O Diário de Obras sequer assinatura possui e a descrição dos serviços é genérica e idêntica em todos os dias trabalhados.***

83. *O cálculo do prejuízo foi disponibilizado no Processo n.º 35950/14-e, peça 33 - Papel de Trabalho n.º 11 – PT – 11, sobre o qual nada trouxe a empresa.*

84. *Portanto, o requerimento e os documentos apresentados pela empresa não possuem elementos capazes de alterar o entendimento até aqui adotado.” (Grifos acrescidos e no original).*

80. Novamente assiste razão à Unidade Técnica, quando aduz que os documentos trazidos pela sociedade empresária Urbanizarh em nada contribuem para afastar as irregularidades apontadas nesta TCE.

81. Com efeito, as matérias veiculadas na mídia e parte das fotos trazidas pela defendente referem-se a obras realizadas no Cruzeiro, alheias ao objeto destes autos. De outro lado, os documentos relacionados à reforma de calçadas em Taguatinga juntados por essa responsável são insuficientes para contrapor as impropriedades relacionadas à inexecução parcial ou total do Contrato n.º 19/2014.

82. Posto isso, no que toca aos argumentos de defesa apresentados, entendo que as alegações trazidas pelos responsáveis **não elidem** as práticas irregulares neste processo. **Na forma que destacou a Unidade Técnica, as defesas apresentadas não trouxeram elementos capazes de desconstituir a responsabilidade pelo prejuízo apurado nos autos.**

83. Nessa seara, respondem, de forma solidária, pelo débito apurado na TCE que se examina o Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, ex Administrador Regional de Taguatinga no exercício de 2014, a Sra. Laudemar Dantas Barbosa, Diretora de Obras, à época e executora do Contrato n.º 19/2014 e a sociedade empresária Urbanizarh – Urbanização, Construções e Serviços de RH (Felipe Siqueira Rocha de Oliveira EPP).

84. Não é demais rememorar que nos autos do Processo n.º 35.950/2014-e, a responsabilização foi assim definida:

“Critério de responsabilização: devido ao fato de que as irregularidades ora apontadas foram originadas nas planilhas orçamentárias propostas pelas AR’s, tendo os responsáveis pela fiscalização confirmado sistematicamente tais falhas, bem como a possibilidade de existência de conluio apresentada em tópico anterior, o superfaturamento total (quantidades e sobrepreço) será atribuído igualmente aos responsáveis pelos certames (gestor), pelos orçamentos (orçamentista), pela fiscalização das obras (fiscais nomeados) e pelas respectivas empresas executoras;” (e-DOC E9EA9F94-e do Processo n.º 35.950/2014-e).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

85. Desse modo, pelas razões expostas alhures, o **Parquet** especializado entende que as alegações apresentadas em sede de defesa devem ser consideradas **improcedentes**, mormente por serem **inservíveis** para afastar a responsabilidade dos defendentes em relação ao prejuízo causado aos cofres públicos.

86. **Ex positis**, o **Ministério Público de Contas**, com as considerações acima, **coaduna parcialmente** com as conclusões alcançadas pela Área Técnica e, desse modo, **sugere** ao e. **Plenário** que:

- I. tome conhecimento:
 - a) das alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, então Administrador Regional, e pela Sra. Lauremar Dantas Barbosa, Diretora de Obras à época;
 - b) do requerimento e dos documentos apresentados pelo Sr. Felipe Siqueira Rocha de Oliveira, representante da empresa Urbanizarh - Urbanização, Construções e Serviços de RH, considerando-os como se defesa fossem;
- II. considere **improcedentes** as defesas apresentadas pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, pela Sra. Lauremar Dantas Barbosa e pelo Sr. Felipe Siqueira Rocha de Oliveira, representante da empresa Urbanizarh - Urbanização, Construções e Serviços de RH;
- III. **cientifique**, com fulcro no art. 13 da L.C nº 1/994, os responsáveis solidários indicados no item II acima para que recolham aos cofres do Distrito Federal, em 30 (trinta) dias, o débito no valor de R\$ 124.199,72 (atualizado até fevereiro de 2019), o qual deverá ser atualizado na data da efetiva quitação;
- IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

É o Parecer.

Brasília, 3 de julho de 2019.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador Substituto